



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

Sexualidade e Género

A SEXUALIDADE COMO DIREITO DE CIDADANIA: PARTICIPAÇÃO E JUVENTUDE

GUIMARÃES, Jamile

Mestre em Saúde Comunitária

Universidade Federal da Bahia

jamile_sguimaraes@hotmail.com

Resumo

Entendida como habilitação social e empoderamento, a participação conforma um processo de socialização cujas experiências e significados elaborados permitem aos jovens estruturar e organizar papéis, práticas sociais e visões de mundo. Por meio da observação participante e de entrevistas em profundidade com jovens brasileiros, de diferentes orientações sexuais, participantes de organizações estudantis, partidos políticos e movimentos sociais; analisa-se a construção de um discurso que confere um sentido político à sexualidade. As narrativas dos jovens evidenciam o entendimento da igualdade de direitos como princípio basilar à construção de um país socialmente democrático. O discurso elaborado apresenta a sexualidade como um atributo pessoal reivindicado perante a sociedade como individualidade e poder de escolha. Deste modo, indivíduos invisibilizados e estigmatizados socialmente por sua orientação sexual são redefinidos como cidadãos. Parte-se da ênfase em um atributo geral que dilui as diferenças e, ao mesmo tempo, possibilitaria o exercício da diferença. Apropriar a noção de cidadania em função da sexualidade pressupõe que esta se descole de significados nucleares como intimidade, gênero, identidade e se articule aos da política (leis, direito, respeito, convivência). O esvaziamento da questão de gênero e das especificidades das identidades sexuais demonstra uma valorização da esfera pública, em detrimento da privada, revelando a superioridade da questão política diante da pessoal.

Abstract

Understood as social competence and empowerment, the participation forms a process of experiences and meanings which enable young people drawn to structure and organize their roles, social practices and world views. Through participatory observation and in-depth interviews with young Brazilians, from different sexual orientations, who are part of student organizations, political parties and social movements. This study analyzes their discourse, which, by relating sexuality and citizenship, is given a political sense. The narratives evince the understanding of equal rights as a guiding principle to the building of a socially democratic country. This discourse introduces sexuality as a personal attribute claimed for in society under the sign of individuality and power of choice. Thus, individuals socially invisible and stigmatized by their sexual orientation are redefined as citizens. It sets out from the emphasis on a general attribute that abrades differences and simultaneously allows for difference. To import the notion of citizenship from other spheres and appropriate it on behalf of sexuality, requires that sexuality break free from nuclear meanings like intimacy, gender, identity, and be linked to policy instead (laws, rights, respect, coexistence). The emptying of the gender issue and the sexual identities particularities shows an appreciation for the public sphere at the expense of the private one, and unveils the prevalence of political over personal issues.

Palavras-chave: Sexualidade; Cidadania; Participação; Juventude
Keywords: Sexuality; Citizenship; Participation; Youth

[PAP1238]

1. Um breve histórico da participação no Brasil

A partir do final da década de 1970, a sociedade civil brasileira tornou-se sinônimo de participação e organização na luta contra o regime militar. O cenário de exclusão e repressão estimulou o surgimento de inúmeras práticas coletivas voltadas para a contestação do poder centralizado do Estado e a reivindicação de bens, serviços e direitos sociais negados. O que para Gohn (2004) significou a construção de um outro referencial para o imaginário político nacional, fundado na crença de que a sociedade civil poderia se mobilizar e se organizar para alterar o *status quo* político apoiado em políticas públicas que privilegiavam a acumulação capitalista e o grande capital.

Com a saída dos militares do poder a partir de 1985, as pressões populares resultaram na progressiva abertura de canais de participação e de representação política pelos novos governantes. A perda paulatina da centralidade dos discursos contra o regime autoritário resultou na fragmentação do que se denominava ‘sujeito social histórico’. Além dos movimentos sociais populares urbanos reivindicatórios de bens e serviços públicos e por terra e moradia, outras parcelas dos então chamados novos movimentos sociais passam a lutar pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos: raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos etc.

Gohn (2000) e Burity (2006) expõem que a partir do retorno da liberdade política e eleitoral, a sociedade política e parcelas do poder institucionalizado no Estado e seus aparelhos tornam-se objeto de disputas das forças políticas organizadas. O deslocamento dos sujeitos do campo da exclusão e escassez para a reivindicação e luta por direitos marca uma participação original na gestão da coisa pública, na qual a representação não resume todo o esforço de organização. Mas configura a parte de um processo mais propositivo, caracterizado pela “disposição de construir e participar ativamente das instâncias de gestão de políticas públicas” (Lüchmann, 2008, p. 90).

A questão da cidadania adquire novo contorno; como cidadania coletiva, foi incorporada nos discursos oficiais e ressignificada na direção próxima à ideia de participação civil, de exercício da civilidade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela trata não apenas dos direitos, mas também dos deveres dos atores sociais (Burity, 2006; Gohn, 2000). Os deveres envolvem a responsabilização dos cidadãos em arenas públicas, por meio da participação no processo decisório e na implementação de políticas públicas sociais.

Apesar de todos os obstáculos, a interlocução e o exercício da vida política/cultural, na esfera pública, contribui para o desenvolvimento de uma nova cultura política pública no país, construída a partir de critérios do campo dos direitos (sociais, econômicos, políticos e culturais), uma nova cultura ética com civilidade e respeito ao outro. [...] Trata-se de uma cultura política gerada por processos nos quais os diferentes interesses são reconhecidos, representados e negociados, via mediações sociopolíticas e culturais (Gohn, 2004, p. 28).

A esfera pública adentra os espaços públicos e dialoga com os grupos organizados, para realizar parcerias em ações conjuntas. Vasconcelos (2007) argumenta que os atores participantes dos pactos e parcerias na esfera pública advêm de sujeitos políticos organizados nos espaços públicos da sociedade civil, com representatividade, laços de pertencimento social, projetos, valores e visões de mundo que valorizam o coletivo e o bem comum. Os resultados e impactos desses novos arranjos são avanços na democratização das relações povo-governo, permitindo mudanças significativas em direção a projetos que em tese são emancipatórios, e contemplam a igualdade e justiça social.

A possibilidade de alterar a institucionalidade pública está associada às demandas que se estruturam na sociedade, e a esfera pública representa a construção da viabilidade ao exercício da influência da sociedade nas decisões públicas assim como coloca uma demanda de publicização no Estado. O que está em jogo é a necessidade de atualização dos princípios ético-políticos da democracia e o fortalecimento do tecido associacional, que potencializa a concretização da democracia nas diversas das esferas da vida social. Segundo Putnam (1994) as práticas sociais que constroem a cidadania podem constituir-se em um espaço privilegiado para cultivar a responsabilidade pessoal, a obrigação mútua e a cooperação voluntária. A

ampliação da esfera pública implica transcender as assimetrias na representação social, e em modificar as relações sociais em favor de uma maior auto-organização social.

A cidadania está ancorada na “participação na esfera pública”, mas isso inclui tanto a participação ativa no processo público, quanto os aspectos simbólicos e éticos apoiados em fatores subjetivos, que conferem um sentido de identidade e de pertencimento, ou seja, um sentido de comunidade. A recontextualização e reparticularização das identidades e práticas representam a afirmação da subjetividade, com a reivindicação da emancipação pessoal, social e cultural. De modo que, as lutas pela radicalização da democracia operam, igualmente, na politização da subjetividade, da identidade e dos processos de identificação. Este estudo se integra ao debate sobre as mudanças radicais nos cenários de atuação política do mundo contemporâneo, ao analisar como a partir de um ideário democrático, fundamentado nos princípios da igualdade e da liberdade, o contexto participativo juvenil acena para a ressignificação da sexualidade enquanto direito de cidadania.

2. Contextualizando a sexualidade no Brasil

A cultura sexual brasileira é marcada pela existência de um forte sistema de categorias de gênero – macho e fêmea, masculinidade e feminilidade, atividade e passividade – que fornece um quadro de leitura dos comportamentos para os atores sociais. Sendo um sistema estritamente dicotômico, os homens não podem se permitir ter comportamentos que façam nascer a menor dúvida sobre sua masculinidade (Parker, 1991). Diversos estudos sobre a sexualidade masculina no Brasil destacam que ela é representada por homens e mulheres como instintiva, mais próxima da natureza, o que pede sua satisfação imediata, justificando contatos sexuais múltiplos e extraconjugais. A sexualidade é relacionada à genitalidade, o que se evidencia na importância no ato sexual, do funcionamento na relação sexual, assim como de qualquer distúrbio neste, principalmente para os homens; relação sexual sendo sinônimo de penetração (Parker, 1994; Vilela, 1998).

Na adolescência, é comum a forte expectativa por parte dos rapazes de demonstrarem sua virilidade; havia, por exemplo, uma tradição dos pais há algumas décadas atrás levarem, logo que possível, os filhos para terem sua iniciação sexual com profissionais do sexo. Da mesma forma, as mulheres devem administrar os avanços masculinos se quiserem conservar uma reputação de moça de família ou de mulher honesta. Mesmo que a perda da virgindade não seja mais um atributo passível de estigmatização das mulheres, não deixou de existir certa exigência de “virgindade moral”, que se apresenta sob a forma de um jeito passivo e ingênuo em matéria sexual, o que torna difícil abordar questões de sexualidade ou de contracepção com parceiro (Heilborn, 2006).

A homossexualidade subverteria a norma, a partir da ocupação, no caso da homossexualidade masculina, de uma posição inferior (dominada) (Bourdieu, 1999). Já no caso da homossexualidade feminina, haveria a possibilidade de subversão de uma posição de subordinação, a partir da negação do papel atribuído à mulher: subordinar-se, também sexualmente, ao homem. A partir da subversão da ordem operada por uma relação homossexual, os homossexuais são invisibilizados e estigmatizados socialmente. O estigma se refere ao conjunto de atributos inscritos na identidade social de um indivíduo, os quais, em uma interação, podem desacreditá-lo/depreciá-lo, tornando-o um indivíduo “menor” socialmente (Goffman, 1988).

O aparecimento de novas elaborações para identidades sexuais na sociedade brasileira integra as mudanças observadas nas três últimas décadas do século XX, associadas a uma acelerada modernização na área dos costumes a partir das mudanças na dinâmica econômica do país com a emergência de um mercado de consumo sofisticado, da redução da família em tamanho, da ampliação da educação superior e da crescente importância da comunicação de massa. O surgimento de novos códigos relativos à sexualidade representa uma modificação da tônica interpretativa dos atos homoeróticos. Sua disseminação assinala a fragilização da hegemonia do modelo tradicional, que orquestrado pela oposição de gênero e fundado na lógica da atividade/passividade, admitia somente para o passivo uma classificação estigmatizante.

O movimento de liberação de mulheres e o movimento homossexual seguem um modelo igualitário, que preconiza a dissolução da distinção de gênero, postulando a simetria entre os parceiros. Fazem isto ao estabelecerem relações igualitárias, nas quais os papéis ativo/passivo não existem como relação de subordinação. Ao contrário, as relações sexuais seriam vistas como fontes de prazer, sendo valorizadas por

isto (Pollak, 1990). A principal expressão desse fenômeno localiza-se entre as camadas médias e altas dos grandes centros metropolitanos, que compartilham do *ethos* intelectual, psicanalizado, e são adeptos de uma moral liberal e, eventualmente, vanguardista (Heilborn, 1999; Salem, 1989; Velho, 1999).

O rompimento com a invisibilidade se dá com uma superação do *gueto*, e a constituição de grupos organizados de homossexuais que visam questionar sua posição na sociedade, tentando redefinir a categorização social do homossexual: “lutando por impor o sistema de classificação mais favorável a suas propriedades ou ainda para dar ao sistema de classificação dominante o conteúdo melhor para valorizar o que ele tem e o que ele é” (Bourdieu, 2007, p. 554).

Do mesmo modo que os movimentos feminista e homossexual tiveram um forte impacto no cenário de uma sexualidade contemporânea mais simétrica, na década de 1990, o circuito voltado para o público homossexual expande-se nas metrópoles brasileiras, e a mídia passa a abordar constantemente a homossexualidade e a sua própria visibilidade social, tida como crescente (Heilborn, 2004). Alguns artistas conhecidos da música popular passam a declarar-se homossexuais sem maiores constrangimentos, e embora recusem o que consideram “levantar bandeiras”, difundem uma imagem de que convivem bem com a homossexualidade e de que não precisam esconder sua orientação sexual. Também nas novelas de televisão, aparecem cada vez mais personagens homossexuais, “seja revisitando caricaturas e estereótipos, seja ensaiando uma aproximação a imagens mais ‘modernas’ de gays e lésbicas, e mesmo de travestis ou transexuais” (Simões & França, 2005, p. 312).

Simões e França (2005) assinalam que as categorias moderno e descolado têm ganhado espaço na mídia para definir um determinado estilo de vida atualizado no que diz respeito às referências internacionais de moda e estilo, que procura escapar de visuais, comportamentos e práticas enraizadas nas convenções sociais brasileiras. No interior do circuito mais “moderno” ou “descolado” das cidades, auto-identificado ou não como GLS, os diferentes grupos sexuais convivem harmonicamente. A maior “abertura” e visibilidade permanecem circunscritas a uma parcela da população que tem como um dos referenciais de lazer noturno espaços *cult* frequentados por universitários e profissionais liberais.

3. Sexualidade e cidadania: uma bandeira de luta em novos circuitos semânticos?

Apresenta-se um recorte de um estudo mais amplo que discute alguns modos de construção da sexualidade por jovens brasileiros participantes de organizações estudantis, partidos políticos e movimentos sociais. Os resultados integram uma pesquisa realizada com 10 jovens de diferentes orientações sexuais, auto-identificadas, na faixa-etária entre 19 a 28 anos. Por meio da observação participante e de entrevistas em profundidade, analisa-se a construção de um discurso que relaciona a sexualidade à cidadania, conferindo-lhe, então, um sentido político. Quanto à posição social, os jovens podem ser caracterizados como integrantes das chamadas “camadas médias”, não necessariamente por sua condição socioeconômica, pois alguns moram em bairros populares ou periféricos, inclusive relataram dificuldades financeiras pessoais e/ou familiares; mas por suas profissões: estudantes de pós-graduação, graduandos em instituições públicas (as mais conceituadas no Brasil), professor, enfermeira, nutricionista, advogado, ator, antropólogo e sociólogo.

3.1. Identidade sexual: entre o essencialismo e a visibilidade

Gohn (2000) salienta que, a identidade é um importante elemento a ser considerado na análise de um movimento social e deve ser buscada em seu projeto, e não apenas nas representações geradas ou construídas pelo movimento, seja para si ou para os outros. Ela não existe apenas no plano ideacional, uma vez que não se trata de uma categoria simbólica ou de natureza exclusivamente cultural, podendo conferir tanto um caráter progressista quanto conservador aos movimentos sociais.

A identidade homossexual é interpretada pelos jovens, como uma condição adversa, frequentemente dolorosa, marcada por episódios de rejeição e insegurança. A maioria dos entrevistados acredita que o caminho para a superação das desigualdades e discriminações próprias da condição homossexual é, fundamentalmente, o *fazer-se ver* pela sociedade em geral, postulando para si uma identidade que se afaste progressivamente do estigma. Os que se assumem como homossexuais relatam viverem entre a busca pela

aceitação e o ocultamento das práticas sexuais, com as possibilidades de visibilidade *surfando* em processos de delicada negociação com diferentes sujeitos e em distintas esferas do cotidiano. Mesmo dentro de um horizonte da invisibilidade, na manipulação da informação sobre o estigma com o “encobrimento” e o “acobertamento” (Goffman, 1988), eles buscam estratégias concretas de “ir-se colocando aos poucos” e valorizam “pequenas demonstrações públicas de afeto”.

A visibilidade é apontada como caminho, pois o estigma é interpretado por estes jovens como “uma reação da maioria da população ao que desconhecem” e, por isso, temem. Diversos entrevistados associaram a “ignorância” com a ocorrência de práticas de discriminação social. Trata-se de uma abordagem bastante simplificadora, pois exclui a influência de ideologias e posicionamentos francamente conservadores na composição de processos de estigmatização, circunscrevendo seu enfrentamento ao plano da informação. Daí se poderia deduzir que, para uma sociedade sem estigma, bastaria que todas as identidades fossem hipervisíveis e exaustivamente descritas.

Na contramão da maioria dos discursos das ciências sociais sobre a homossexualidade, os argumentos essencialistas são expressivamente utilizados pela maioria dos informantes. Ao contrário do que a crítica construcionista sugere uma visão essencialista das identidades sexuais parece contribuir para uma maior aceitação social, dado seu caráter inexorável. Uma fala de Marcelo ilustra esse pensamento: “a necessidade de aceitar o gay está no fato de que essa pessoa nasceu assim, não é culpa dela. [...] Você é lésbica, você é gay ou hetero”. José, que se auto-identificou homossexual, acredita que é uma “questão de essência mesmo, você nasce gay como se nasce hetero”. Associa-se a ideia de Hall (2005) de que, o senso comum percebe a construção da identificação de um modo “naturalista”, partindo de uma origem comum, ou pelo compartilhamento de características ou ideias de grupos ou de pessoas.

A “aceitação” da afirmação homossexual e a defesa, ainda que indireta, de seus direitos de cidadania pode estar relacionada à inserção social do grupo entrevistado. Muitos dos heterossexuais dizem frequentar espaços GLS por se enquadrarem em seu estilo de vida. Este caráter de convivência é acrescido da vinculação pessoal existente entre os integrantes dos movimentos sociais, partidos políticos e organizações não governamentais. Segundo os informantes, ter uma “mente aberta” é algo que surge no trânsito entre os integrantes do grupo – que se reúnem fora da institucionalidade em atividades de lazer, como jantas, almoços, passeios.

Importa ressaltar que o contexto participativo se enquadra em um universo de valores marcado pelo igualitarismo e uma moral liberal e, eventualmente, vanguardista. Tais princípios configuram linhas mestras de uma leitura do mundo que se exprime concretamente em normas e comportamentos de valorização da singularidade e liberdade individuais. É dentro destes marcos que se pode entender as formulações desses jovens a respeito das identidades sociais, e consequentemente, sexuais.

3.2. “A sexualidade é um debate político”

As narrativas evidenciam o entendimento da igualdade de direitos como princípio basilar à construção de um país socialmente democrático. Há uma ideia geral no discurso dos informantes de que a opção de publicizar a homossexualidade constitui um aspecto basilar na reivindicação da “cidadania” desse grupo. O “direito” de colocar-se como homossexual nos diferentes espaços, expressando livremente um desejo individual e voluntário, adquire um caráter reivindicativo a sua existência social, uma forma de agir politicamente, direcionada a reafirmação dos direitos individuais de todo cidadão.

Considerar a sexualidade como um atributo do indivíduo-cidadão implica transformá-la em uma questão política. Apresentada como um atributo pessoal reivindicado perante a sociedade enquanto individualidade e poder de escolha, a sexualidade passa a fazer parte de uma instância a ser protegida pela intervenção externa (social). Deste modo, indivíduos, opostos e externos à sociedade e suas imposições, invisibilizados e estigmatizados socialmente por sua opção quanto à prática sexual são integrados como cidadãos: “antes de ser reduzido a qualquer alguma coisa, todos somos cidadãos. [...] do mesmo modo que se contribui para a sociedade com o trabalho, com os impostos, também tem os direitos”, definiu Antônio.

Importar a noção de cidadania de outras esferas e apropriá-la em função da sexualidade, pressupõe a exigência de que a sexualidade se descole de significados nucleares como intimidade, gênero, identidade e se articule aos da política (leis, direito, respeito, convivência). Esse vocabulário centra-se na discussão de formas para melhorar a qualidade de vida das pessoas homossexuais; distanciando a questão da sexualidade da forte marca daquilo que foi caracterizado como “movimento cultural”, voltado para transformações de valores, que passariam pelo autoconhecimento, a tomada de consciência e a reinterpretação das histórias pessoais (Scott, 1990).

Abdicar da busca do eu na sexualidade demonstra que a questão de gênero, embora considerada importante, é secundarizada pelos informantes. As falas se direcionam a uma paradoxal negação da importância das especificidades. Assim, as especificidades de gênero, de comportamentos e práticas sexuais são diluídas em nome do que seria comum a todos: a “cidadania”. Esta negativa em considerar a formação de uma identidade sexual reforça uma valorização da esfera pública, em detrimento da privada, atestando a superioridade da questão política diante da pessoal.

Esta redefinição parte da ênfase em um atributo geral (estendido, em teoria, a todos os membros da “sociedade”) que dilui as diferenças. Ao mesmo tempo em que, ser cidadão possibilitaria o exercício da diferença. Fica evidenciada a associação entre o “exercício” dos direitos do cidadão e a publicização da homossexualidade: ninguém tem de viver em *guetos* [...] isso esvazia o que é a cidadania de fato, afirma Luiza. O entendimento da homossexualidade como um atributo pessoal, a vincula ao princípio da dignidade da pessoa humana, através do respeito à expressão de performances, signos identificatórios ou mesmo uma identidade homossexual em meio social, não somente em ambientes específicos.

De forma geral, os informantes sublinham o preconceito, em suas diversas dimensões, como um dos maiores entraves à democratização da sociedade brasileira. Júlia diz que “o preconceito é mim a maior opressão a que se pode submeter uma pessoa, porque ser negro ou ser homossexual, é uma questão da pessoa... é não poder ser quem você é [...]”. Fernanda coloca que “não poder expressar você em sua integralidade, fere a humanidade e a individualidade da pessoa”. Tadeu, que é negro, usa sua própria experiência de preconceito para avaliá-lo: “[...] eu sofri muito, era maltratado, me olhavam diferente e eu me sentia mal com isso [...] não tinha uma boa perspectiva de vida [...] eu era duro comigo, tinha uma confiança minada... me achava menos [...] hoje, eu gosto de mim, de verdade, e isso fez tanta diferença na minha vida, na forma como é me posiciono, as minhas conquistas”.

A associação entre o sofrimento individual e as desigualdades sociais remete a análise de Guimarães (2011) sobre a dimensão pedagógica da participação política e social de jovens. A autora concebe o processo participativo enquanto dinâmica problematizadora das relações sociais nas quais eles se inserem. Vistas como construção histórica, as relações sociais tornam-se passíveis de transformação. Questionar o porquê dos fenômenos e discursos sociais gera um exercício de desnaturalização necessário para o pensamento e o agir críticos. O movimento de desnaturalização e historicização das relações sociais envolve reinterpretar como situações de opressão relações muitas vezes compreendidas como de subordinação, naturais e necessárias para que a ordem social funcione dessa ou daquela maneira. A partir de uma *virada analítica* acerca dos resultados de uma relação de opressão, o pensamento crítico acolhe um sentimento de injustiça social.

O reconhecimento da privação e do impedimento embutidos nas relações entre “superiores” e “inferiores” demarca identidades políticas (Laclau & Mouffe, 2001). A constituição do político como um espaço não institucional deriva do surgimento das lógicas da equivalência e da diferença. A lógica da equivalência considera os posicionamentos diferenciados entre os agentes como objeto de luta e a lógica da diferença exige equivalência desde as posições próprias dos agentes (Barret, 1996). A explanação de Berta confere relevo à dimensão política da estratificação social: “o preconceito é uma construção ideológica, uma ideia: o que é normal? O que é superior? [...] O que faz da mulher, do negro...do gay também inferiores? [...] isso tudo é a raiz de relações de poder, que define quem manda, quem tem privilégios, quem deve viver melhor”. Em argumentação complementar, Laura observa que: “a moral é uma questão de ponto de vista [...] claro que não devemos não esquecer que os modelos socialmente impostos estão a serviço de manter um *status quo*[...]”

o tradicional imobiliza como moral, como preconceito [...]. esse é o nosso alvo, de todos nós [...] a transformação social, cultural, está no[s] mecanismo[s] do político”.

Essa concepção de sexualidade aparece em um grupo formado por pessoas que participam em âmbitos nos quais a “cidadania” é um discurso corrente, nesse sentido, estranhou-se a escassez de menções a necessidade de renovação de valores sociais ou a resignificação de representações sociais.

Tendo em vista que o conceito de cidadania guarda uma longa tradição emancipatória, recorre-se a definição de Sacristán para esclarecer este ponto: “a cidadania democrática é um âmbito político de caráter educativo que torna possível a educação em sua plenitude porque liberta as pessoas das travas, proporcionando o húmus estimulante para a realização de suas possibilidades” (2002, p. 149). Mais que uma formalidade ou conjunto de direitos civis, políticos e sociais que se concede ou que se conquista, a cidadania consiste em uma cultura a ser construída, estando a educação convocada a torná-la possível.

Outro ponto a se destacar é que alguns entrevistados utilizam a noção de “cidadania” para aventar aproximações entre grupos vulnerabilizados, que se espraia para o restante da sociedade: não acredito que o melhor seja lutar pelos meus direitos [movimento negro], fechado num grupo. Eu vou lutar pelos meus direitos, aberto pro mundo. [...] apoio todas as lutas de discriminados [...] acho que se a gente tivesse mais esta consciência de multiplicar forças, haveria um fortalecimento de todos, discorreu Tadeu. A potencialidade da articulação de forças repercutiria no incremento da visibilidade e no enfrentamento da exclusão na atuação em espaços de políticas públicas. Segundo Tadeu, “[...] isto seria importante pra mostrar que é efetivamente politizado, não ficar divagando na autopiedade”.

3.3. Cidadania versus invisibilidade e especificidade

A sexualidade tem como cerne a diferença na forma de vivenciá-la, de acordo com a construção de identidade ou, na expressão de Giddens (2003), as “narrativas do eu” segundo os gêneros masculino e feminino, que se repõe nas e se sobrepõe a identidades homossexuais. A narrativa do eu traz um importante questionamento ao discurso encontrado neste grupo de jovens: Haveria alguma possibilidade prática de associar uma universalidade cidadã à ideia da sexualidade como uma construção individual ativa, instrumentalizada pelos conhecimentos produzidos pela sociedade sobre si mesma (reflexividade institucional)?

Esse discurso contrasta com um cenário social de pluralidade identitária dos indivíduos e as noções pós-modernas de flexibilidade e posicionalidade (Hall, 2003; Harvey, 2008), que apontam para a reconfiguração do lugar da sexualidade na construção da identidade social, ou mesmo política, de cada indivíduo e na apresentação de si perante a sociedade.

A identidade sexual pode estar subordinada a outras posições do sujeito, a diversidade ideológica, a questão do gênero pode ser uma referência central na vivência da sexualidade, dificultando o rompimento com as convenções e estatutos sociais, na medida em que sublinham uma diferença historicamente construída. Estes podem ser alguns dos limites que circunscreverem as possibilidades de tornar a cidadania um tema ou uma reivindicação comum dos movimentos homossexuais ou de movimentos afins. Ao conjecturar esta possibilidade com um jovem informante líder de um “grupo gay”, ele foi enfático: “já fizemos um grupo misto [de gays e lésbicas], mas as prioridades e os próprios interesses faziam tudo ficar mais problemático do que já é [normalmente] [...] são visões de mundo muito diferentes”. A fala dele avança na manutenção da dicotomia entre a esfera pública e as questões individuais, a incompatibilidade de posições quanto às estratégias que privilegiam atividades de tomada de consciência e/ou formação de identidade e ações focalizadas no campo político. Nesse sentido, observa-se o esvaziamento do valor da diversidade na composição de um movimento mais equitativo, orientada na tentativa de romper com o estigma ou com a “dominação simbólica” no seio do próprio grupo social.

As relações entre particularismos e universalismos permeiam as relações identitárias. Quanto a esse aspecto, Laclau (1996) sugere que para uma política verdadeiramente democrática precisa haver um híbrido entre as

identidades existentes e a abertura constante para novas possibilidades, ou seja, uma redefinição constante entre o particular e o universal.

Referências

- Assumpção, L. L. (1993). *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk.
- Burity, J. (2006). *Redes, parcerias e participação religiosas nas políticas sociais no Brasil*. Recife: Editora Massangana.
- Giddens, A. (2003). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. UNESP.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan.
- Gohn, M. G. (2000). *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Gohn, M. (2004). Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, 13(2), 20-31.
- Guimarães, J. S. (2011). Reconhecimento social: a experiência da participação juvenil na construção da identidade. *Revista Juventude.br*, 6(11), 13-23.
- Hall, S. (2003). *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Harvey, D. (2008). *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Heilborn, M. L. (1999). Construção de si, gênero e sexualidade. In M. L. Heilborn (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais* (pp. 40-59). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Heilborn, M. L. (2004). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Heilborn, M. L. (2006). Entre as tramas da sexualidade brasileira. *Estudos Feministas*, 14(1): 43-59.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (2001). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso.
- Laclau, E. (1996). *Emancipation(s)*. London: Verso.
- Lüchmann, L. (2008). Participação e representação nos conselhos gestores e no orçamento participativo. *Caderno CRH*, 21(52), 87-98.
- Parker, R. (1991). *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Best Seller.
- Parker, R. (1994). *A Construção da Solidariedade*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Pollak, M. (1990). *Os homossexuais e a AIDS: sociologia de uma epidemia*. São Paulo: Estação Liberdade.
- Putnam, R. (1994). *Making democracy work*. New Jersey: Princeton University Press.
- Sacristán, J. G. (2002). *Educar e Conviver na Cultura Global: as exigências da cidadania*. Porto Alegre: Artmed.
- Santos, S. H. (1994). *Entre o heroísmo e a cidadania: o "Fórum Brasileiro de ONGs e movimentos sociais para o meio ambiente e o desenvolvimento", a Sociedade Civil e o Estado: um estudo de caso sobre exercício da cidadania pelos segmentos intelectualizados das classes médias brasileiras*. Tese de Doutorado, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

- Scott, A. (1990). *Ideology and the new social movements*. London: Unwin Hyman.
- Simões, J. A., & França, I. L. (2005). Do Gueto ao mercado. In J. N. Green & R. Trindade (Orgs.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos* (pp. 11-30). São Paulo: Ed. UNESP.
- Salem, T. (1989). Casal igualitário: princípios e impasses. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9(3), 24-37.
- Vasconcelos, R. (2007, setembro). As incertezas da vivência democrática no espaço institucional dos Conselhos de Gestão Participativa. *Anais do Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*, Florianópolis, SC, Brasil, 2.
- Velho, C. (1999). *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Vilela, W. V. (1998). Homem que é homem também pega AIDS? In M. Arilha, S. Rident & B. Medrado (Orgs.). *Homens e Masculinidades* (pp. 129-134). São Paulo: Editora 34.